

Assimetrias regionais no turismo e novas estratégias na oferta turística: o caso da Ilha da Madeira

Filipa Fernandes*

Universidade de Lisboa (Portugal)

Resumo: Com este trabalho pretende-se revelar o peso da actividade turística na ilha da Madeira, enfatizando as diferenças existentes entre a costa norte e a costa sul. Com uma secular tradição no sector turístico, a ilha da Madeira revela estratégias de desenvolvimento turístico de diversos destinos (internos) e produtos emergentes. Procurar-se-á, por um lado, caracterizar as tendências do mercado turístico regional, e por outro, mostrar as estratégias concernentes à oferta turística relacionada com o turismo de natureza.

Palavras-chave: Turismo, produtos turísticos, desenvolvimento, sustentabilidade, lha da Madeira.

Asymmetries in tourism and new strategies: the case of Madeira Island

Abstract: This study aims to analyze tourism in Madeira Island, emphasizing the differences between the north coast and south coast. With a secular tradition in tourism, this Portuguese Autonomous Region reveals tourism development strategies of several destinations (internal) and emerging products. Firstly, some trends in regional tourism market will be characterized, and secondly, we will describe new strategies concerning tourism related to nature tourism.

Keywords: tourism, touristic products, development, sustainability, Madeira Island.

1. Introdução

A ilha da Madeira, com uma larga tradição no sector turístico tem vindo a revelar, ao longo dos últimos anos, diversas estratégias de desenvolvimento turístico relacionadas com destinos internos e produtos. Algumas dessas estratégias de desenvolvimento causaram ‘naturalmente’ um peso excessivo na actividade turística na costa sul, evidenciando desse modo inúmeras diferenças entre a costa norte e a costa sul.

Assim sendo, este artigo pretende revelar algumas notas em torno das assimetrias regionais no sector turístico, enfatizando algumas ideias que circundam o conceito de turismo sustentável (Swarbrooke, 1999). Por um lado, procurar-se-á caracterizar as tendências do mercado turístico regional, e por outro, mostrar algumas estratégias concernentes à oferta turística relacionada com o turismo de natureza, com a procura e captação de um turismo responsável e sustentado, inseridas numa visão relacionada com o turismo sustentável.

Na literatura acerca do turismo, o conceito de sistema turístico assume-se de grande utilidade na medida em que pode ser entendido como “um grupo de actores ligados por relações mútuas com regras específicas, onde a acção de cada actor influencia a dos restantes, para que os objectivos comuns sejam definidos e alcançados de forma coordenada” (Manente e Minghetti, 2006:230). No cerne deste sistema existem actores pertencentes ao sector público e ao sector privado, os quais assumem diferentes responsabilidades, papéis e competências perante o destino. O sector público é, na sua actividade, um agente de desenvolvimento, criador de condições para ultrapassar obstáculos à cooperação e networking. O sector privado, por outro lado, contribui para a preservação do destino e o seu desenvolvimento, ou seja, é um agente de mercado, que combina a procura, a

* Doutorada em Turismo pela Universidade de Évora. Professora Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Investigadora integrada no CAPP - Universidade de Lisboa e Membro colaborador no Cierl - Universidade da Madeira; E-mail: ffernandes@iscsp.ulisboa.pt, filipafernandes1@gmail.com

oferta e a produção dos produtos turísticos (Mantente e Minghetti 2006). Santana (1997) indica que o sistema turístico se representa como um “modelo conceptual de um processo formado por um conjunto de elementos ordenados segundo as suas funções, localização espacial, interligados racionalmente por princípios e regras de mercado, que mantêm por seu turno, relações de intercâmbio com outros sistemas de diferente categoria” (Santana 1997:53). Neste sentido afigurar-se-á um sistema turístico que é interdependente, aberto, flexível e dinâmico, adaptável às condições do meio (físico, sociocultural e económico) (Santana 1997).

Após o exposto verifica-se que no seio de um qualquer sistema turístico intervêm e participam de diversas formas vários actores, os quais assumem determinadas responsabilidades. “A responsabilidade de todos e cada um dos actores participantes no sistema turístico, converte parcialmente uns, e outros em maior medida, em escritores do guião coletivo da sustentabilidade” (Santana et al, 2012:4). Como referem os mesmos autores, “a responsabilidade é acção consciente e compromisso com o desenvolvimento humano e a conservação ambiental. Assim delineada a sustentabilidade não é mais do que o resultado de estratégias individuais orientadas para o bem comum” (Santana et al, 2012:4). A responsabilidade anteriormente comentada pelos autores está relacionada com o conceito de turismo sustentável, ou seja, o “turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o futuro do turismo dependerá nomeadamente o ambiente físico e o tecido social da comunidade hospedeira” (Swarbrooke, 1999:13). Mas falar de responsabilidade implica aludir também ao papel do turismo enquanto agente de desenvolvimento e às consequências do turismo. O “dilema do desenvolvimento turístico” (Telfer e Sharpley 2008, in Sharpley, 2009) tem sido representado na literatura, a qual indica que o turismo exhibe um “potencial valioso, eficaz e, em alguns casos, o único catalisador viável de desenvolvimento económico e social nos destinos, sejam de âmbito local ou nacional” (Sharpley, 2009:04). Na prática o dilema passa por saber como alcançar um meio-termo entre a contribuição do turismo como potencial de desenvolvimento e as suas consequências negativas, na medida em que apesar de existir uma relação entre o turismo e os ambientes no qual este ocorre, o desenvolvimento talvez só seja alcançado a um custo social, económico ou ambiental para o destino (Sharpley 2009).

Tabela 1: O desenvolvimento do turismo sustentável vs. não sustentável

Turismo sustentável	Turismo não sustentável
Conceitos gerais	
Desenvolvimento lento Escala apropriada Longo prazo Qualitativo Controlo local	Desenvolvimento rápido Desenvolvimento descontrolado Escala desapropriada Curto prazo Quantitativo Controlo remoto
Estratégias de desenvolvimento	
Planificação, depois desenvolvimento ‘Concept-led schmes’ Abarca as 5 paisagens Pressão e benefícios difusos Desenvolvimento local-actores Emprego local Arquitectura vernacular	Desenvolvimento sem planificação ‘Project-led schemes’ Concentração em alguns pontos Capacidade de aumento Sem desenvolvimento local – actores externos Mão-de-obra importada Arquitectura não-vernacular
Comportamento dos turistas	
Baixo valor Alguma preparação mental Aprendizagem língua local Tacto e sensibilidade Quietos Repetição de visitas	Alto valor Pouca ou nenhuma preparação mental Sem aprendizagem da língua local Intensivos e insensíveis Barulhentos Regresso pouco provável

Fonte: Swarbrooke (1999:15)

A governança é um requisito indispensável para o turismo sustentável. A governança no desenvolvimento turístico refere-se aos processos e ao sistema envolvido na tomada de decisões acerca de que tipo e como o desenvolvimento do turismo prossegue num dado destino.

O turismo é um sector de múltiplas actividades com inúmeras partes interessadas, que se revestem de diferentes e divergentes objectivos. Alcançar a cooperação, a colaboração e a integração das várias estruturas envolvidas nos vários aspectos do turismo é um desafio constante que se coloca aos decisores políticos, aos gestores, aos membros das comunidades e académicos (Laws et al, 2011).

2. Tendências do mercado turístico regional

2.1. O mercado turístico na RAM

Em 2011 o produto interno bruto (PIB) regional foi cotado em 5 112 milhões de euros (DRE 2013a), representando 3,0% do PIB nacional. Respeitante ao valor acrescentado bruto (VAB) regional, destaca-se o sector dos serviços, bastante expressivo na região, com contributos das actividades relacionadas com o comércio, o alojamento e a restauração, os transportes e as comunicações, comparativamente ao restante território nacional. Na RAM, os sectores, primário e secundário, detêm menos importância.

Constituída por onze concelhos (como se verifica no mapa seguinte), a Região Autónoma da Madeira está dividida em 5 núcleos turísticos de acordo com a Direcção Regional de Turismo: a Costa Leste (Machico e Santa Cruz), a Costa Norte (Porto Moniz, São Vicente e Santana), a Costa Oeste (Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava e Câmara de Lobos), o Funchal e o Porto Santo, na qual se reúnem municípios com diferentes características, valências e objectivos passíveis de abarcar estratégias diferenciadas visando o desenvolvimento turístico local.

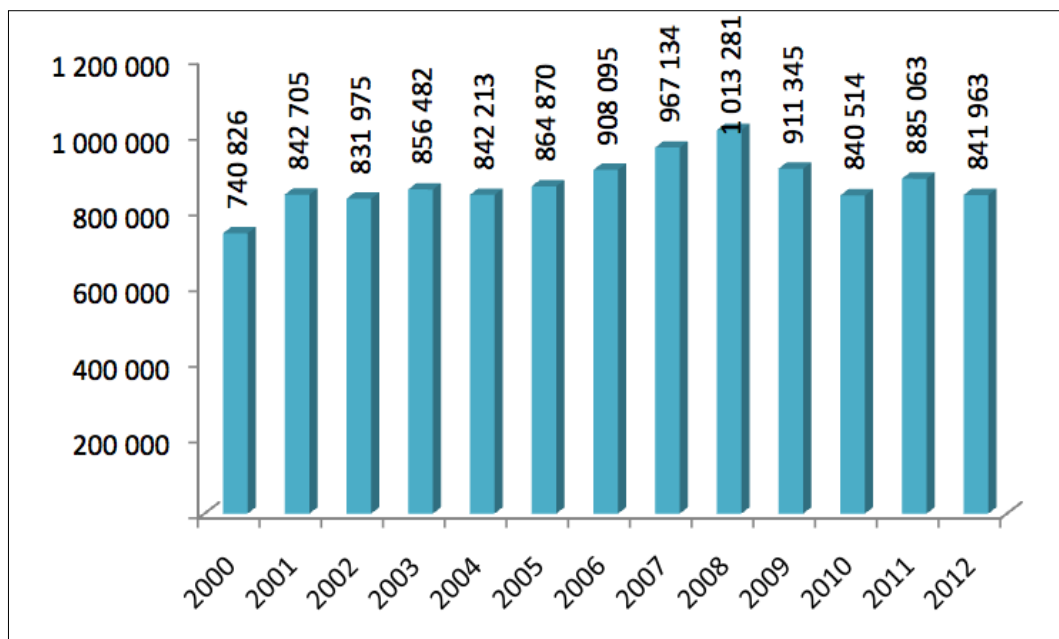
Mapa 1 - Concelhos da Região Autónoma da Madeira



Fonte: Associação Nacional de Municípios Portugueses, 2011.

O mercado turístico regional tem sido alvo de uma tendência crescente em termos do número de hóspedes entrados nas várias unidades hoteleiras. Em 2012 entraram nas unidades hoteleiras regionais, 841963 hóspedes (DRE, 2012b) havendo uma variação negativa de 4.9% face ao ano anterior. De ressaltar que o número de hóspedes residentes em Portugal decresce 19,2% face ao ano anterior, quiçá devido à crise económica instalada no país.

Gráfico 1: Hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros entre 2000-2012



Fonte: DRE, 2012b.

Os principais mercados internacionais emissores são a Alemanha (153 780 hóspedes), o Reino Unido (139 527 hóspedes), a França (102 727 hóspedes), a Espanha (34 676 hóspedes), os Países Baixos (31 515 hóspedes) e a Finlândia (20 467 hóspedes) (DRE, 2012b). Portugal assume-se assim como o principal mercado de turistas para a Região com 173 594 hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros (DRE, 2012b).

Relativamente à capacidade de alojamento, registou-se em 2012 -2,3% face ao ano anterior (número de camas saldou-se em 27732). O RevPar (revenue per available room) centrou-se nos 31,42 euros, apresentando uma variação de 0,8% face a 2011 (DRE 2012a).

Um outro indicador passível de ser analisado e com influência no quotidiano do sistema turístico regional é o movimento de passageiros dos navios de cruzeiro no Porto do Funchal. Em 2012 registaram-se 336 escalas com um total de 592935 passageiros (Portos da Madeira, 2012). Este valor inclui os passageiros embarcados e desembarcados e em trânsito. Os valores anteriores sofreram um aumento quando comparados com os valores de 2011 (303 e 540180), talvez devido ao incremento no sector, à aposta neste tipo de produto, e ainda, quiçá à conclusão das obras do terminal de passageiros do porto turístico do Funchal.

Para finalizar a análise referente às tendências no mercado turístico da RAM, importa analisar qual o movimento de passageiros dos transportes aéreos tido no aeroporto internacional do Funchal. Respeitante ao número de movimentos, verificou-se uma variação negativa de - 6,2% em 2012 face a 2011. Em 2012, registaram-se 20023 movimentos enquanto em 2011 o valor foi de 21346 movimentos. Estes valores sofrem uma variação ao longo do ano, sendo que os meses com maior movimento são Agosto (2128), Abril (1866), Setembro (1818), Maio (1732), Outubro (1694), Junho (1668) e Dezembro (1520) (ANAM 2012), coincidentes com os principais eventos incluídos no calendário turístico regional, organizado pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes.

No que concerne ao número de passageiros, o valor de 2012 sofre uma variação negativa de 4,6% quando comparado com o ano anterior. Em 2012 verificou-se a entrada de 2204196 passageiros e 2311380 em 2011 (ANAM 2012).

2.2. Caracterização das tendências

Relativamente à distribuição do número de dormidas por municípios, o Funchal lidera com 69%, seguido do concelho de Santa Cruz (14%). Daqui resulta que estes dois concelhos são os que integram o maior número de unidades hoteleiras, 88 e 21 respectivamente (de um total de 161 unidades hoteleiras existentes na RAM).

No que concerne ao número de hóspedes por municípios da costa norte constata-se que o número total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros dos três concelhos não ultrapassa os 44.795 hóspedes, valor muito baixo quando comparado com o total dos hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros do concelho do Funchal em 2012 (658591). Para isto contribui o número de estabelecimentos hoteleiros existentes, bastante diminutos quando comparados com os existentes no concelho do Funchal e noutros concelhos da costa sul. Constata-se que o parque hoteleiro nos três concelhos da costa norte é pequeno quando comparado com outros concelhos. A taxa de ocupação – cama nestes três concelhos situa-se entre os 42,4 e 29,8 valores pequenos em comparação com outros municípios. De salientar ainda que o RevPar ou receita por quarto disponível se situa entre os 24,08 e 14,32, valores igualmente diminutos comparativamente a outros municípios.

Tabela 2: Tendências do turismo na Ilha da Madeira: alguns dados

		Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros (2012)	Nº estabelecimentos hoteleiros	Taxa líquida ocupação-cama (acumulado 2012)	RevPar por Município	Estada Média	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros
	R. A. Madeira	994757	161	54,4	31,42	5,5	5 507 685
Costa Sul	Calheta	37514	9	59,7	33,74	5,4	202 450
	Câmara de Lobos	12527	4	30,7	15,66	6,0	74 891
	Funchal	658591	88	57,5	34,62	5,8	3 798 355
	Machico	32537	8	47,2	18,18	4,0	130 906
	Ponta do Sol	15131	3	72,6	38,77	4,9	74 486
	Ribeira Brava	13986	5	30,4	12,18	3,0	41 971
	Santa Cruz	129333	21	54,4	27,17	6,0	770 617
Costa Norte	Porto Moniz	14012	5	36,8	15,32	2,3	32 084
	São Vicente	18765	6	42,4	24,08	5,3	98 769
	Santana	12018	4	29,8	14,32	3,0	35 845

Fonte: DRE (2013b).

No que concerne às dormidas nos estabelecimentos hoteleiros patentes nos vários municípios da região, verifica-se que em 2012 os concelhos do Funchal, Santa Cruz, Calheta e Machico são os que registam o maior número de dormidas (3798355, 7970617, 202450, 130906 respectivamente) (DRE 2013b). De notar que em termos de estada média nos estabelecimentos hoteleiros por município, são os municípios da costa norte que registam um valor mais baixo: 2,3 no Porto Moniz, 3,0 em Santana e 5,3 em São Vicente.

Estes dados são interessantes tendo em conta o número de atributos presentes nestes sub-destinos regionais, mais vocacionados para actividades associadas à natureza. É na costa sul que se registam as maiores percentagens em estada média. Em Santa Cruz a estada média dos hóspedes foi de 6,0, no Funchal este valor foi de 5,8, na Calheta 5,4 e na Ponta do Sol o valor saldou-se em 4,9 (DRE 2012b).

A taxa de ocupação-cama saldou-se nos 54,4% em 2012, valor superior em 0.7 p.p. que em 2011 (DRE 2012a), o qual poderá talvez ser explanado pela campanha de promoção do destino levada a cabo pela Direcção Regional de Turismo/Secretaria Regional de Cultura, Turismo e Transportes. A nível local regista-se que a taxa-líquida de ocupação-cama nos concelhos da costa norte foi inferior a alguns concelhos da costa sul. Assim, São Vicente apresentou uma taxa de 42,4%, o concelho do Porto Moniz 36,8% e Santana 29,8%. Na costa sul a taxa-líquida de ocupação-cama foi de 57,5% no Funchal, 72,6% no concelho da Ponta do Sol, 59,7% na Calheta (DRE, 2013b).

Ainda acerca das tendências do mercado turístico regional impõe-se analisar de forma breve alguns indicadores do turismo em espaço rural, já que este é um produto com uma crescente importância no sistema turístico regional. Primeiramente constata-se uma evolução em termos do funcionamento de unidades hoteleiras em espaço rural, concomitante com a aposta neste nicho de mercado. Num espaço de cinco anos passou-se de 49 para 52 estabelecimentos em funcionamento no espaço rural madeirense, com um aumento do número de hóspedes. De acordo com a tabela seguinte o número total de dormidas em 2012 foi de 54 812, valor superior ao registado em 2011. Este valor reflecte-se igualmente numa tendência crescente do número de hóspedes, os quais aumentaram para 12119 em 2012, talvez devido a uma maior visibilidade das campanhas promocionais levadas a cabo no e para o destino.

Tabela 3: Alguns indicadores do Turismo no Espaço Rural

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012
Hóspedes entrados (N.º)	8 736	8 360	7 954	8 644	11 200
Hóspedes (N.º)	9 495	9 007	8 699	9 716	12 119
Dormidas (N.º)	47 983	42 974	36 810	43 712	54 812
Estada média (N.º de noites)	5,1	4,8	4,2	4,5	4,5
Taxa de ocupação (%)	23,6	20,9	17,3	20,4	24,4
Proveitos totais (milhares de euros)	1 543	1 399	1 238	1 462	1 820
Estabelecimentos (N.º)	49	48	49	50	52

Fonte: DRE 2012b.

De entre os principais países emissores contam-se a Alemanha com 20 183 dormidas, os Países Baixos com 13 256 dormidas, a França com 7 578 dormidas, o Reino Unido com 3 334 dormidas, e a Suíça com 1 993 dormidas (DRE, 2013b). O valor da estada média manteve-se nos 4,5 entre 2011 e 2012. Apesar desta tendência crescente em termos de alguns indicadores do TER madeirense, a taxa de ocupação neste tipo de alojamento turístico permanece mais baixo, não obstante ter sofrido um aumento desde 2010, passando-se de 17,3% para 24,4%. Sabendo que este é um segmento em expansão no qual se tem apostado sobremaneira, o qual já beneficia do trabalho de uma Associação de Turismo em Espaço Rural da Região Autónoma da Madeira – Madeira Rural¹ não é de estranhar que os valores dos indicadores de 2012 sejam superiores quer a 2010 e a 2011.

3. Oferta turística, estratégias de mercado e o papel das autarquias locais

Seguidamente serão apresentados alguns casos de oferta turística alternativa na costa norte da ilha da Madeira reveladores de algumas estratégias de mercado. Tais exemplos constituem outras opções na múltipla oferta existente, e acumulam elementos patrimoniais que apresentam um valor de uso, um valor formal e um valor simbólico-alternativo (Ballart, 1997).

As agendas turísticas municipais/regionais apostam em produtos alternativos relacionados com a natureza e a cultura local, ilustrativos de um conjunto de produtos, serviços e de experiências que reforçam estes locais como espaços de consumo, denotando-se um processo de mercantilização rural. Paralelamente, atribui-se importância ao turismo rural e ao turismo de natureza, ampliando-se a sua diversidade.

A turistificação do território da costa norte apresenta-se como uma alternativa ao desenvolvimento concelhio na medida em que para além da criação de emprego, da criação de novas infra-estruturas de apoio ao visitante, colocará certas localidades nas agendas turísticas regionais.

“aquilo que consideramos estratégico (...) é uma aposta clara no turismo, nas várias vertentes e, portanto, tudo aquilo que for feito será primordial nesta área apostar no ambiente e no turismo porque se nós fizermos isso todas as outras secções, digamos, todas as outras áreas vão vir atrás, se a criação de postos de trabalho, se nós tivermos um turismo, um destino apelativo as pessoas vão vir e vão criar novos postos de trabalho e se houver postos de trabalho as pessoas vão radicar e socialmente tudo vai ficar melhor”. (Executivo de Santana, Janeiro de 2010).

“as pessoas de qualquer parte da Europa e do País, de todo o lado, possam vir ao nosso concelho e ter ofertas complementares, ou seja, uma oferta aliada à natureza, aos passeios a pé, as levadas que temos cá, riquíssimas, dos Balcões, das Queimadas, do Ribeiro Bonito, (...) e depois complementar isso com as ofertas ao nível da restauração” (Executivo de Santana, Janeiro de 2010).

As autarquias constituem os agentes de mudança na reconversão do território em espaços turísticos, com a criação de planos de desenvolvimento os quais contêm acções e medidas concretas neste âmbito versadas para um turismo sustentável, rural, e de natureza.

A Costa da Laurissilva

A ‘Costa da Laurissilva’ refere-se ao espaço territorial da costa norte da ilha da Madeira, composta por 3 municípios: Porto Moniz, São Vicente e Santana. Este sub-destino turístico tem vindo a ser desenvolvido e promovido por parte dos executivos municipais. No seu conjunto, a costa da Laurissilva é rica em discursos patrimoniais em torno da paisagem humanizada associada à agricultura, às práticas de regadio e à floresta Laurissilva (Património Mundial pela UNESCO). Nestes três concelhos periféricos, distantes do centro administrativo e financeiro do Funchal, para fazer face à diminuição do emprego em vários sectores, e ao êxodo para a costa sul, o turismo aparece como uma possível e salutar solução.

O património cultural local juntamente com a floresta Laurissilva representam um “capital simbólico susceptível de instrumentalização política” (Peralta, 2003:94), ou seja, na sua promoção por intermédio de uma rentabilização económica, atribui-se valor ao património entrecruzando-se com o turismo. Apesar de o turismo não ser a maior fonte de crescimento económico local, os executivos municipais apostam fortemente neste sector, com vista a aumentar a rentabilidade económica e potenciar o património local. Com isto pretende-se uma diversificação da oferta turística local, na qual a aposta reside nos aspectos naturais (a paisagem humanizada e consequentemente as levadas e as veredas, e a floresta Laurissilva), que se constituem em produtos turísticos crescentes no sistema turístico regional. A juntar a isto acresce-se que “dos seis sítios de importância comunitária da Ilha da Madeira classificados pela Rede Natura 2000, quatro estão maioritariamente integrados na Costa da Laurissilva, valorizando o potencial científico e sustentando a importância de preservação das espécies e habitats naturais” (In: <http://www.costadalaurissilva.pt/pt/quem-somos/costa-da-laurissilva>, 22 de Outubro de 2013).

Em 2011 foi assinado um protocolo de cooperação entre os três executivos cujos objectivos assentam na “valorização e promoção sustentável dos territórios, impulsionando economicamente os principais sectores da atividade, assim como a promoção da vertente educacional e a dinamização social para os conceitos de preservação e conservação do património local e seus recursos” (In: <http://www.costadalaurissilva.pt/pt/quem-somos/costa-da-laurissilva>, 22 de Outubro de 2013).

Mais recentemente no âmbito do trabalho conjunto do projecto, as autarquias da costa norte madeirense candidataram-se a Geoparque, como membro integrante da European Geopark Network (EGN), com o apoio da UNESCO.

Santana Reserva Biosfera e a Floresta da Laurissilva

O concelho de Santana, na costa norte da Ilha Madeira, foi classificado pela UNESCO em Junho de 2011 por intermédio do programa MAB, o qual visa promover o desenvolvimento sustentável. A Reserva

da Biosfera equivale à totalidade da área emersa do concelho de Santana, incluindo a área marinha adjacente até à batimétrica dos 200 m.

“As Reservas da Biosfera são espaços reconhecidos internacionalmente pela UNESCO, através do programa o Homem e a Biosfera - MAB (do inglês Man and the Biosphere) que pretende conciliar a conservação da diversidade natural e cultural com o desenvolvimento social e económico local. A atribuição do galardão de Reserva Mundial da Biosfera constitui o reconhecimento internacional não só das riquezas patrimoniais locais, como também, das atividades e setores, que de forma constante promovem o desenvolvimento sustentável local. As Reservas da Biosfera procuram integrar três funções principais que passam pela conservação da biodiversidade e do património cultural, pelo desenvolvimento económico sustentável do ponto de vista ambiental e sociocultural e pelo apoio logístico no que toca à investigação, monitorização, educação ambiental e formação” (In: <http://santanamadeirabiosfera.com/pt/biosfera/o-que-e-uma-reserva-da-biosfera>, 25 de outubro de 2013).

No âmbito do programa Santana Reserva da Biosfera foi implementada uma rede de centros temáticos² cujo objetivo é o de potenciar a reserva, os quais contêm materiais de informação e de promoção.

A Reserva da Biosfera juntamente com a Floresta da Laurissilva, património mundial da UNESCO desde 1999, constitui uma alternativa ao turismo existente e praticado na costa sul na medida em que ambos os projectos/programas incluem medidas que contribuem para a preservação de paisagens e ecossistemas; tem assente um pilar do desenvolvimento de modo a acautelar a sustentabilidade económica, sociocultural e ecológica.

Rede de levadas/passeios a pé

Na oferta turística da Ilha da Madeira têm sido destacados os passeios a pé nas levadas e veredas, um nicho de mercado crescente (turismo de natureza), expressado nas múltiplas ofertas existentes na ilha da Madeira, em especial na costa norte. Os trilhos/percursos pedestres são produtos polivalentes (Roberts e Hall, 2001) de grande aposta, possibilitando a promoção do património, sendo também um veículo para o desenvolvimento (Sharpley e Telfer, 2002). “Trails provide opportunities for visitors to learn about whole regions, and (...), they can be unstructured and self-guided, allowing those who prefer the freedom of exploration to do so as individuals” (Roberts e Hall, 2001:165).

As áreas rurais são lugares adequados para a recreação e para o turismo. Nalguns locais as actividades aí praticadas converteram-se em agentes activos da mudança ambiental, económica e social (Roberts e Hall, 2001). Os passeios pedestres adquiriram importância em vários municípios da Região Autónoma da Madeira, assinalando-se alguns projectos de reabilitação local de antigos caminhos, veredas e levadas não só para uso interno como para os turistas. Alguns percursos sofreram obras de requalificação ao abrigo do POPRAM (Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira), da ADERAM (Agência de Desenvolvimento da RAM) e, ainda, de contratos-programa com a SRARN desde a década de 90. Desde então os projectos têm-se multiplicado e as autarquias desdobram-se na apresentação de novas propostas.

Face ao interesse dos espaços naturais madeirenses enquanto destinos turísticos, e perante a sua importância económica, social e ambiental, “torna-se evidente a fruição dos percursos pedonais, quer por levadas, quer por veredas, valores específicos do património histórico e natural da região, construídos ao longo de séculos para usufruto das populações e, por isso mesmo, com características adequadas às próprias necessidades e objectivos dos usos e costumes”. Neste sentido a Assembleia Regional aprovou em 29 de Outubro de 2000 o Decreto Legislativo Regional nº7-B/2000/M, no qual se estabelece um conjunto de percursos pedonais recomendados na RAM e se definiu “um sistema de sinalética esclarecedor quanto à orientação e informação dos visitantes e utentes, identificando aspectos quanto à segurança pedonal, a par de elementos de interesse colectivo relativos à manutenção do equilíbrio ecológico, de forma a manter uma utilização equilibrada, promotora e dinamizadora desse destino turístico sem comprometer o seu usufruto pelas gerações futuras”. Dos 52 percursos recomendados na ilha da Madeira, 24 são apenas em veredas e velhos caminhos, 18 são parcialmente em veredas e levadas e 10 são exclusivamente em levadas.

No desenvolvimento da Iniciativa Comunitária INTERREG III B Madeira – Açores - Canárias, a RAM, por intermédio da Direcção Regional de Florestas (DRF) e em cooperação com a Região Autónoma dos Açores e com os Cabildos Insulares de la Palma, Gran Canaria e El Hierro, accionaram-se os projectos TOURMAC – Turismo de Pedestrianismo e Desenvolvimento Sustentável e o TOURMAC II – Percursos

temáticos da Macaronésia. Visando o crescimento do número de pedestrianistas e da ampliação do seu perfil, e considerando-se a importância que o turismo de passeios pedestres representa na oferta turística regional surge o TOURMAC II – Percursos Temáticos da Macaronésia, cujo propósito visou a criação de rotas temáticas (Água, Etnografia, Vinho, Arquitectura, Queijo, Ciclismo, Vulcões, Rotas Religiosas, Meio Marinho, Cumes Atlânticos, Pesca, Baleias, Arqueologia) e de percursos pedestres especializados, idênticos em todas as regiões (Madeira, Açores e Canárias), e com uma promoção conjunta entre coletivos e operadores turísticos especializados. Recentemente o Projecto TOURMAC – Turismo de Pedestrianismo e Desenvolvimento Sustentável foi alvo de inventariação e requalificação respeitante à recuperação dos percursos pedestres regionais. Em Agosto de 2010 foi publicado um Despacho Conjunto da Secretaria Regional do Turismo e Transportes e da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (JORAM, II série, nº157, de 20.08.2010), que vem alterar a lista dos percursos pedonais recomendados no Decreto Legislativo Regional nº7-B/2000/M, da qual resultou uma diminuição de 56 para 28 percursos recomendados (25 na ilha da Madeira e 3 na ilha do Porto Santo). De um total de 25 percursos pedestres recomendados na ilha da Madeira, 12 são apenas em veredas e velhos caminhos reais, 4 são parcialmente em veredas e levadas e 9 são exclusivamente em levadas, conforme consta da tabela seguinte. No seu conjunto, estes percursos inserem-se na categoria dos percursos de Pequena Rota (PR).

As estratégias apontadas anteriormente poderão estar relacionadas com o combate ao desemprego preconizado pelos municípios da costa norte, já que a taxa de desemprego nesses locais aumentou exponencialmente desde 2001.

Tabela 4: Taxa de desemprego segundo os censos

Municípios	2001	2011
Região Autónoma da Madeira	4,6	14,6
Calheta	5,1	12,3
Câmara de Lobos	2,6	18,1
Funchal	4,8	14,2
Machico	9,0	17,3
Ponta do Sol	4,0	14,8
Porto Moniz	4,0	10,7
Ribeira Brava	3,5	12,9
Santa Cruz	3,6	13,0
Santana	3,8	14,8
São Vicente	4,6	11,7

Fonte: INE (Recenseamentos Gerais da População) e PORDATA, <http://www.pordata.pt/Municipios/Ambiente+de+Consulta/> Tabela, 25 de Junho de 2014.

“esta paisagem humanizada constituída pelos socalcos, pelos nossos poios é um factor que nos dá identidade, a gente tem que o manter, E para manter, se a gente está perante uma agricultura que não é rentável, nós temos que criar factores que façam com que as pessoas não abandonem a agricultura, porque se ela não é rentável o normal vai ser o abandono. Os agricultores da costa norte (...) ajudam a manter esta paisagem que é um factor de inegável atracção turística, eles têm de ser pagos para manter essa paisagem” (Executivo Porto Moniz, Janeiro de 2010).

A paisagem constitui o elemento de ligação entre várias actividades económicas de suprema importância para os territórios situados na costa norte da ilha da madeira, sendo a turistificação de lugar a estratégia que permite reactivar o património local.

4. Conclusão

Falar no turismo na costa norte da ilha da Madeira, integrando-o dentro do contexto da Costa da Laurissilva e, até mesmo, na reserva da Biosfera implica aludir à ligação com as comunidades locais que habitam junto ou dentro dessas áreas. Sabendo que o desenvolvimento do turismo tem por objectivos a criação e a manutenção de oportunidades de foro económico, a melhoria da qualidade de vida, a protecção da cultura e património (Eagles e McCool, 2002) então, as estratégias levadas a cabo pelas autarquias da costa norte, poderão revelar-se úteis no desenvolvimento desta indústria naquele espaço, podendo combater as assimetrias já existentes e evidenciadas anteriormente neste artigo.

A análise dos resultados das principais tendências dos mercados turísticos revela assimetrias que não vão encontro dos ideais preconizados pelo conceito de turismo sustentável. Se a procura do turismo e do lazer nas zonas rurais pode também contribuir para o aumento de rendimentos e de oportunidades de emprego para os indivíduos residentes (Hall e Boyd, 2005), então, os actores sociais envolvidos na questão da governança deverão ter um papel crucial no desenvolvimento de políticas sustentáveis em torno do sistema turístico. Há irresponsabilidades na medida em que se registam grandes assimetrias nos vários concelhos com particular incidência na costa norte, facto de estranhar já que é aí que se encontram novas oportunidades, e mais estratégias de desenvolvimento relacionadas com os produtos em promoção e destaque nas campanhas regionais/nacionais.

Bibliografia

ANAM

2012. Tráfego mensal 2012, http://www.anam.pt/Media/Default/DocGalleries/AM%20PT%20Tráfego%20Mensal-Anual/Mensal_2012_Fnc.pdf, 24 de Abril de 2013.

Ballart, Josep

1997. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Editorial Ariel.

DRE

2013a. Contas Regionais 1995-2011P, <http://estatistica.gov-madeira.pt/visualwebPlus/adjuntospubli.jsp?publicacion=CONT021963>, 17 de Abril de 2013.

DRE

2012a. Estabelecimentos Hoteleiros – dados definitivos 2012, http://estatistica.gov-madeira.pt/DRE_SRPC/IndicadoresEstatisticos/Servicos/Turismo/turismo2012.htm?option=com_turismo&x=1&y=5, 16 de Julho de 2013.

DRE

2012b. Estatísticas do turismo, série retrospectiva (1976-2012), http://estatistica.gov-madeira.pt/DRE_SRPC/IndicadoresEstatisticos/Servicos/Turismo/PDF%20-%20Serie%20Turismo%201976-2012.pdf, 17 de Julho de 2013.

DRE

2013b. Estatísticas do turismo da RAM - resultados definitivos, Direção Regional de Estatística, <http://estatistica.gov-madeira.pt/visualwebPlus/adjuntospubli.jsp?publicacion=TURI170351>, 22 de Julho de 2013.

Eagles, Paul F. J., e McCool, Stephen F.

2002. *Tourism in National Parks and Protected Areas. Planning and Management*. Wallingford: CABI Publishing.

Laws, Eric, et al

2011. "Tourist Destination Governance: Practice, Theory and Issues". In: Laws, E. et al, *Tourist Destination Governance. Practice, Theory and Issues* (pp. 01-13). Wallingford: CABI.

Manente, Mara e Minghetti, Valeria

2006. "Destination management organizations and actors". In Buhalis, D. e Costa, Costa (eds), *Tourism, Business, Frontiers. Consumers, Products and Industry* (pp.228-237). Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.

Peralta, Elsa

2003. "O mar por tradição. O património e a construção das imagens do turismo". *Horizontes Antropológicos*, 9 (20): 83-96.

Portos da Madeira

2012. Movimento dos passageiros de navios de cruzeiro no Funchal no ano 2012, <http://www.portosdamadeira.com/index2.php?t=2&l=pt>, 24 de Abril de 2013.

Roberts, Lesley y Hall, Derek

2001. *Rural Tourism and recreation. Principles to Practice*. Wallingford: CABI Publishing.

Santana, Agustín

1997. *Antropología y Turismo. Nuevas hordas, viejas culturas?*. Barcelona: Editorial Ariel.

Santana Talavera, Agustín, et al (Coords.)

2012. *Responsabilidad y Turismo. El Sauzal (Tenerife. España)*, ACA, PASOS, *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*.

Sahrpley, Richard

2009. *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?*. London: Earthscan.

Sharpley, Richard y Telfer, David J. (eds)

2002. *Tourism and Development. Concepts and Issues*. Clevedon: Channel View Publications.

Swarbrooke, J.

1999. *Sustainable Tourism Management*. Wallingford: CABI Publishing.

Notas

¹ Ver o link para mais informações: <http://www.madeirarural.com/pt/madeira-turismo-rural-ilha.html>, 08 de Outubro de 2013.

² Vd. Mais informações aqui: <http://santanamadeirabiosfera.com/pt/biosfera/centros-da-biosfera>, 25 de outubro de 2013).

Recibido: 18/11/2013

Reenviado: 11/07/2014

Aceptado: 28/07/2014

Sometido a evaluación por pares anónimos